



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol XXVI, número 2, jul-dez, 2021, pág. 93-123.

**PERCEÇÕES DE AUTODETERMINAÇÃO: UM ESTUDO  
EXPLORATÓRIO EM ADULTOS COM DIFICULDADE  
INTELLECTUAL E DESENVOLVIMENTAL (DID)**

Sara Moniz  
Lúcia C. Miranda

**Resumo**

Nos últimos anos a investigação tem demonstrado que as pessoas com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais (DID) devem ter a possibilidade de participar e trabalhar nas suas comunidades, de tomar decisões e fazer as suas próprias escolhas. Este estudo exploratório pretende descrever e analisar as percepções sobre autodeterminação de um grupo de oito participantes-adultos com DID, que frequentavam à data um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) da Região Autónoma da Madeira, comparando as percepções dos participantes do género masculino com as dos do género feminino. Para o efeito usou-se a Escala ARC-INICO (Verdugo et al., 2014), para avaliar a autodeterminação. Os resultados sugerem que os participantes do género masculino apresentam percepções de autodeterminação superiores às dos participantes com DID do género feminino. Espera-se que este estudo possa contribuir para uma reflexão sobre a necessidade de se avaliar e promoverem as competências de autodeterminação junto destas pessoas com DID.

***Palavras-chave:*** autodeterminação, percepções, dificuldade intelectual e desenvolvimental



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

## **Perceptions of Self-determination: An Exploratory Study in Adults with Intellectual and Developmental Difficulty (DID)**

### **Abstract**

In recent years research has shown the importance of self-determination in the lives of people with intellectual and developmental difficulties (DID), pointing that these people must have the possibility to be informed, to participate and work in their communities, taking their own decisions and making their own choices. Although the existing studies highlight the importance of promoting self-determination in people with DID, as well as the important role that professionals and the family can offer in this area, research is still incipient. This exploratory study aims to describe and analyze the perceptions about self-determination of a group of eight adult participants with DID, who attend an Occupational Activity Center on Autonomous Region of Madeira, comparing the perceptions of male participants with those of female participants. For this purpose, the ARC-INICO Scale for assessing self-determination was used (Verdugo et al., 2014). The results reveal that male participants with DID have more positive perceptions of self-determination than female participants with DID. It is hoped that this study can contribute to a reflection on the need to evaluate and promote self-determination skills among people with DID.

**Keywords:** self-determination, perceptions, intellectual and developmental difficulties



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

O conceito de autodeterminação tem evoluído ao longo do tempo, como um constructo multifacetado, que pode ser observado em diversos comportamentos (Nunes, 2017), e pode ser definido como uma combinação de habilidades, conhecimentos e crenças que permitem que uma pessoa se envolva em comportamentos autónomos, direcionados para objetivos. De acordo com Vansteenkiste et al. (2020) ou Vicente et al. (2018) este constructo envolve a autorregulação do comportamento, ou seja, a capacidade de a pessoa analisar os seus pontos fortes e as suas limitações ou as suas perceções de eficácia. Neste caso, uma pessoa autodeterminada, apresentará maiores capacidades e competências ao nível dos comportamentos autorregulados, portanto direcionados a objetivos, bem como tenderá a assumir o controlo da sua vida, aumentando os seus níveis de bem-estar e sucesso na realização das tarefas (Boruchovitch et al., 2017). Nas palavras de Campbell-Whatley (2008) ou de Wehmeyer et al. (2000), a autodeterminação reflete uma combinação de habilidades que podem incluir a capacidade de processar várias informações relacionadas com o *self*, particularmente: a autoconsciência (conhecimento), o autoconceito (perceção), a defesa (apoio), a realização (compreensão), a autoestima (respeito), a aceitação (aprovação), o empoderamento (autoridade), a reflexão (imagem), o controlo (gestão), e, por último, a regulação (ajustamento).

Segundo Wehmeyer e colaboradores (1996) ser autodeterminado significa que a pessoa é o agente causal da sua vida, que tem a liberdade para fazer escolhas e tomar decisões sobre os diferentes aspetos da sua vida,



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

influenciando a qualidade da mesma. Nesta perspectiva a noção de agente causal (*'causal agency'*) é central, basicamente significa que é a pessoa que faz as coisas acontecerem na sua vida, o que implica uma ação de forma a causar um efeito para se conseguir um determinado fim ou mudança. Estes autores, sugerem que as características e competências de autodeterminação surgem à medida que as pessoas adquirem a capacidade de escolha e de tomada de decisão, na medida em que resolvem problemas, estabelecem metas, assumem auto percepções de eficácia positivas e de expectativa de resultados, ou são capazes de refletir sobre as suas competências. Acrescentam que a autodeterminação é uma característica disposicional fortemente influenciada pelos contextos de vida das pessoas e, que estas características disposicionais envolvem a organização dos elementos cognitivos, psicológicos e fisiológicos, de tal maneira que o comportamento destas pessoas em diferentes situações poderá ser semelhante, embora nunca igual. Podemos, então, referir que o desenvolvimento da autodeterminação é um processo que ocorre ao longo do ciclo vital da pessoa, pelo que as suas experiências de vida acabam por ter um impacto, positivo ou negativo, na qualidade das suas vidas (Canha, 2015; Nunes, 2017; Verdugo et al., 2014).

Wehmeyer (1999, 2007) realça que as pessoas autodeterminadas estabelecem metas, tomam decisões e defendem os seus direitos. Neste caso o comportamento autodeterminado reflete-se através de quatro características essenciais: a autonomia, a autorregulação, o empoderamento psicológico e a



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

autorrealização, e as ações autodeterminadas de uma pessoa devem refletir, até certo ponto, cada uma destas quatro características funcionais.

Nos últimos anos, a investigação na área das necessidades especiais tem vindo a reconhecer a importância da autodeterminação na vida das pessoas com Dificuldades Intelectuais Desenvolvimentais (DID) (Alles & Boueri, 2019; Curryer et al., 2015; Sánchez et al., 2018; Shogren & Ward, 2018; Simões, 2016; Wehmeyer, 2014). Segundo Simões (2016) é crucial que se analise a autodeterminação como um direito, que deve estar consignado e clarificado nas políticas dirigidas aos cidadãos com deficiência. Este autor salienta, ainda, que as pessoas com DID devem ter acesso à informação de forma a poderem tomar as suas decisões, fazer escolhas, interagir, participar e trabalhar nas suas comunidades (Simões, 2016).

São vários os modelos teóricos desenvolvidos em torno do constructo da autodeterminação com aplicação à educação especial. Por exemplo, o Modelo de Cinco Etapas (*Five-Step Model of Self-determination*) desenvolvido por Field e Hoffman (1994), o Modelo Ecológico (*Ecological Model of Self-Determination*) de Abery e Stancliffé (1996), ou ainda, o Modelo Funcional de Autodeterminação (*Functional Model of Self-Determination*) desenvolvido por Wehmeyer em 1999. Apesar das diferenças existentes, todos parecem conceber a autodeterminação como uma característica disposicional que se pode aprender e promover de forma explícita, e que se manifesta de diversas formas em função das diferenças individuais e do contexto onde a pessoa se desenvolve (Canha, 2015; Verdugo et al., 2014).



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Mais à frente destacaremos esta perspectiva, ou seja, o Modelo Funcional de Autodeterminação de Wehmeyer (1999) por servir de referência ao trabalho empírico que aqui apresentamos.

Conforme referido por Wehmeyer (1999, 2007), o comportamento autodeterminado reflete-se através de quatro características essenciais, nomeadamente: autonomia; autorregulação; empoderamento psicológico; e autorrealização. Assim, as ações autodeterminadas de uma pessoa devem refletir até certo ponto, cada uma destas quatro características funcionais. Adicionalmente aponta que, a idade, a oportunidade, a capacidade e as circunstâncias podem afetar o grau em que cada uma destas características está presente nas ações do dia-a-dia e, como tal, a autodeterminação pode variar de acordo com o contexto e com o tempo (Canha et al., 2015; Vicente et al., 2018 Wehmeyer, 2007). Portanto, o comportamento da pessoa é autónomo quando esta age de acordo com as suas preferências, interesses e/ou habilidades, independentemente da influência ou interferência das outras pessoas. Logicamente, que para além da influência do ambiente mais alargado, a história de vida é também um dos fatores importantes para a determinação da autonomia e, conseqüentemente, para a sua autodeterminação. A capacidade de autorregulação permite que as pessoas analisem os seus ambientes e as estratégias que têm para lidar com esses mesmos ambientes, de forma a tomar as decisões que são importantes para as suas vidas. Por conseguinte, as pessoas que são mais autorreguladas, perante uma dada situação, tomam decisões sobre quais as capacidades que devem usar naquela circunstância, analisam a tarefa,



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

formulam e avaliam a solução, colocam em marcha um plano de ação e, por fim, avaliam a eficácia desse mesmo plano (Boruchovitch et al., 2017). Ou seja, avaliam a conveniência dos resultados de cada ação em concreto e analisam se os planos traçados foram ou não aplicados, monitorizam a aplicação das estratégias de resposta conforme seja necessário.

O autoconhecimento refere-se à avaliação da aceitabilidade do comportamento, através da comparação de informações sobre o que se está a fazer, o que foi feito e o que falta fazer, e é com base no resultado dessa autoavaliação que surge o autorreforço, que se refere à autoadministração de consequências dependentes da ocorrência de comportamentos-alvo (Wehmeyer et al., 1996). Por fim, o empoderamento psicológico envolve as várias dimensões do controlo percebido e inclui o domínio cognitivo (eficácia pessoal), motivacional e da personalidade (lócus de controlo). Assim, as pessoas autodeterminadas acreditam que têm a capacidade de executar os comportamentos necessários para influenciar os resultados no seu ambiente, e acreditam que se executarem tais comportamentos alcançarão os resultados esperados (Wehmeyer et al., 1996; Wehmeyer, 1999, 2007). Pesquisas

realizadas com adultos com DID (e.g. Jones et al., 2018; Shogren et al., 2007; Vicente et al., 2020) sugerem que o impacto na capacidade e oportunidade de se obterem comportamentos autodeterminados tende a ser significativamente influenciado por fatores ambientais. A propósito, os resultados das investigações levadas a cabo por Stancliffe et al. (2000) e por Wehmeyer e Bolding (1999, 2001) demonstraram que, adultos com DID que vivem e



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

trabalham em ambientes mais integrados tendem a ser mais autodeterminados do que os adultos que vivem e trabalham em ambientes mais segregados.

Shogren e Broussard (2011) realizaram um estudo onde entrevistaram 17 pessoas com DID, com o intuito de compreender o impacto da autodeterminação nas suas vidas. Estes participantes descreveram a autodeterminação como a capacidade de poderem fazer escolhas e controlarem a suas vidas, de definir e trabalhar para atingirem determinadas metas e defenderem os seus direitos. Este estudo procurou, ainda, enfatizar a natureza pessoal da autodeterminação nomeadamente o papel da aprendizagem nas aptidões e atitudes nessa autodeterminação. Foi verificado que os apoios personalizados que recebiam, e um ambiente que facilitasse ou fomentasse a autodeterminação eram fundamentais para a efetivação das competências de autodeterminação destas pessoas.

O estudo de Córdova et al. (2020) com 122 adultos com DID tinha como objetivo analisar as percepções sobre a autodeterminação dos participantes. Os resultados evidenciaram que, no geral, estes adultos apresentaram baixos níveis de autodeterminação e que as habilidades relacionadas com a autodefesa ou autoinstrução eram também pouco evidentes quando comparadas com outras habilidades, tais como a tomada de decisão ou resolução de problemas. Este estudo apontou, também, para a não existência de diferenças significativas nos níveis de autodeterminação relativamente ao género dos participantes.

Shogren e colaboradores (2013) efetuaram uma investigação para analisar se as características pessoais (idade, género, deficiência e necessidade de suporte





## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

educacional) e do ambiente escolar (horário de aulas regulares e não regulares com colegas da mesma idade, participação nas reuniões sobre o plano de educação individualizado (PEI), metas de transição para o futuro no PEI e experiência relacionada com o estabelecimento de metas para o futuro) previam ou não o nível de autodeterminação destes alunos. O estudo contou com a participação de 312 alunos do ensino especial (30% com deficiência intelectual e 70% com dificuldades de aprendizagem), dos quais 175 eram rapazes e 137 raparigas, com uma média de idades de cerca de 16 anos. Os resultados demonstraram que a idade, o tipo de deficiência, o número de horas em aulas regulares e a experiência na definição de metas, eram preditores significativos dos níveis de autodeterminação destes alunos. Adicionalmente, os autores constataram que o género não era uma variável preponderante na predição dos níveis de autodeterminação dos participantes (Shogren et al., 2013).

Um outro estudo, realizado por Vicente-Sánchez et al. (2018) pretendeu analisar o papel das variáveis pessoais (género, idade, nível de incapacidade) e familiares (situação laboral dos pais, número de irmãos, lugar ocupado na fratria) na autodeterminação de jovens com DID. Participaram 71 alunos (37 rapazes e 34 raparigas), com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos. Os resultados demonstraram que nenhuma das variáveis pessoais analisadas teve um impacto significativo nos níveis de autodeterminação dos participantes. Não obstante, as variáveis familiares assumiram um papel



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

fundamental no desenvolvimento e promoção da autodeterminação destes jovens.

O estudo sobre o tema da autodeterminação em pessoas com DID em Portugal é ainda incipiente e, por essa razão, pareceu-nos útil explorar as percepções das pessoas com DID sobre a sua autodeterminação.

### **Metodologia**

#### ***Objetivo do Estudo***

Tomando em consideração o enquadramento teórico apresentado, é objetivo deste estudo exploratório conhecer e analisar as representações cognitivas sobre autodeterminação de um grupo de 8 pessoas adultas com DID, nomeadamente ao nível das dimensões de autonomia, autorregulação, empoderamento e autoconhecimento, comparando as representações cognitivas destes participantes adultos do género masculino com as do género feminino.

#### ***Participantes***

Participaram neste estudo exploratório 8 adultos com DID, 5 dos quais eram do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 26 e os 47 anos. Todos os participantes frequentavam à data um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) na Região Autónoma da Madeira (RAM), e sabiam ler e escrever.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

***Instrumentos***

***Escala ARC-INICO para Avaliação da Autodeterminação (Verdugo et al., 2014)***

Esta escala é de autorresposta e é constituída por 61 itens, através dos quais se procura traçar o perfil de autodeterminação das pessoas com DID. Estes 61 itens encontram-se distribuídos por quatro dimensões, e permitem avaliar as quatro características essenciais da autodeterminação identificadas por Wehmeyer et al. (1996), nomeadamente: autonomia, autorregulação, empoderamento e o autoconhecimento. A dimensão *autonomia* é constituída por 25 itens, que permitem avaliar a independência funcional e a capacidade para atuar e escolher os diversos contextos com base em preferências. Alguns exemplos de itens que compõem esta dimensão são: (item 4) “Organizo as minhas coisas (por exemplo, o meu quarto, as minhas roupas”); (item 11) “Participo em atividades organizadas pelo CAO, por exemplo colónias, passeios, desporto escolar”; (item 19) “Escolho a roupa e os acessórios que uso no dia a dia”. A dimensão *autorregulação* integra 12 itens que permitem avaliar a capacidade de planificação, de estabelecimento de metas, e de autoavaliação. Alguns exemplos de itens que compõem esta dimensão são: (item 27) “Penso muitas vezes sobre como será a minha vida depois de sair do CAO”; (item 31) “Quando faço as coisas, penso no que é melhor para mim”; (item 37) “Quando quero fazer bem uma tarefa, trabalho muito para conseguir realizá-la bem”. A dimensão *empoderamento* engloba 12 itens que avaliam as



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

expectativas de controlo, eficácia e resultados. Alguns exemplos de itens que compõem esta dimensão são: (item 38) “Quando tenho opiniões ou ideias diferentes das outras pessoas, dou sempre a minha opinião”; (item 43) “Sou capaz de trabalhar em equipa”; (item 51) “Quando for necessário eu serei capaz de tomar decisões importantes”. Por fim, a dimensão *autoconhecimento* é constituída por 10 itens que permitem avaliar o conhecimento que a pessoa tem acerca das suas capacidades e limitações, assim como a valorização pessoal que tem em relação a si próprio. Alguns exemplos de itens que compõem esta dimensão são: (item 52) “Preocupa-me fazer as coisas mal feita”; (item 56) “Aceito as minhas limitações”; (item 61) “Confio nas minhas capacidades”. Relativamente às propriedades psicométricas deste instrumento, na versão original (Espanhola) os resultados obtidos demonstram que existem bons índices de fiabilidade na escala completa ( $\alpha = .922$ ). A dimensão *autonomia* apresenta um valor de *alpha de Cronbach* de .902; a dimensão *autorregulação* apresenta um valor de *alpha de Cronbach* de .840; a dimensão *empoderamento* apresenta um valor de *alpha de Cronbach* de .847; e a dimensão *autoconhecimento* apresenta um valor de *alpha de Cronbach* de .805 (Verdugo et al., 2014).

### **Procedimentos**

A *Escala ARC-INICO* (Verdugo et al., 2014) foi traduzida do espanhol para o português e do português para o espanhol por uma tradutora bilingue. De forma a avaliar a adequabilidade dos itens aos participantes solicitou-se uma



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

análise dos respectivos itens da escala à psicóloga da instituição e a dois outros adultos com DID que frequentavam o CAO. Pequenas sugestões foram incorporadas (especificamente, dando exemplos de atividades do cotidiano) de forma a clarificar os itens. A escala foi aplicada coletivamente aos participantes no contexto do CAO. Todas as dúvidas relacionadas com o significado de palavras foram esclarecidas.

### ***Desenho e Análise de Dados***

A metodologia utilizada apresenta as características de um estudo de caso único, descritivo e exploratório e considera um paradigma quantitativo (Almeida & Freire, 2017). Pretende-se, assim, explorar, descrever e analisar as percepções de autodeterminação de um grupo de 8 participantes adultos com DID, nas várias dimensões da *Escala ARC-INICO* (Verdugo et al., 2014). A análise estatística foi realizada com recurso ao programa *Excel para Windows*.

### ***Resultados***

Considerando os objetivos já apresentados, no Gráfico 1 encontram-se os resultados descritivos obtidos nos itens que fazem parte da dimensão autonomia da *Escala ARC-INICO* (Verdugo et al., 2014), agrupando-se os participantes em género masculino e género feminino.

Os resultados obtidos demonstram que, no geral, os adultos do género masculino apresentam auto percepções de autonomia superiores aos adultos do género feminino. Tal resultado é evidenciado nos itens 9, 11, 12, 16, 19, 20, 23 e 24, (por exemplo, item 19: “Escolho a roupa e os acessórios que uso no dia a



Revista **AMazônica**, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

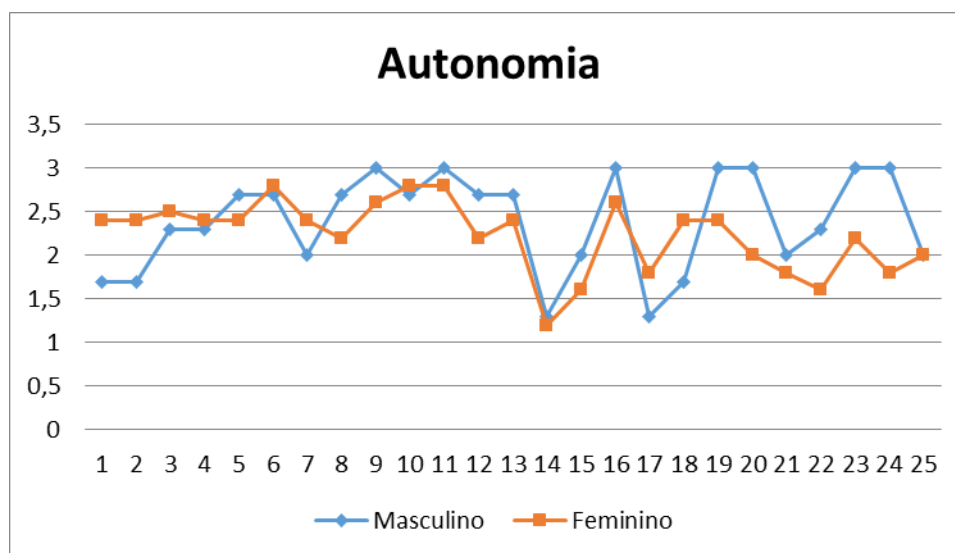
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

dia”; item 24: “Normalmente, faço as atividades do centro que me ajudarão no futuro no trabalho”).

Gráfico 1

*Resultados Descritivos em Cada Item da Escala ARC-INICO na Dimensão*

*Autonomia Segundo o Género dos Participantes com DID*



Por sua vez as participantes auto perceberam-se de forma mais positiva que os seus colegas do género masculino nos itens 1,2,3,4,6,7,10,17,18 (por exemplo, item 4: “Organizo as minhas coisas (por exemplo, o meu quarto, as minhas roupas); item 6:” Cuido da minha imagem e da minha higiene pessoal; item 10: “Nos fins de semana faço atividades que gosto”). De salientar que no item 25: “Decido como gastar o meu dinheiro” as auto percepções em termos de valores médios são idênticos nos dois grupos (género masculino e feminino).



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

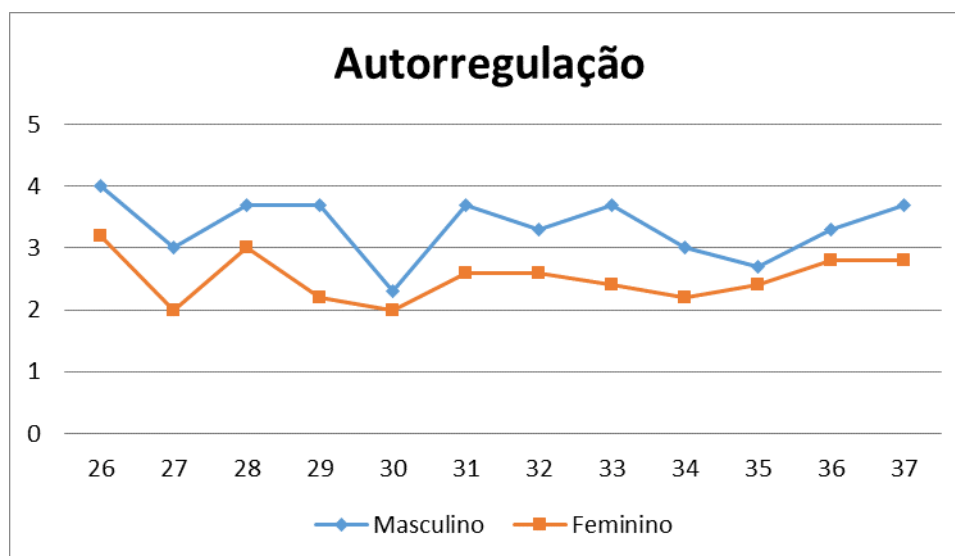
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

No Gráfico 2 encontram-se os resultados descritivos obtidos em cada item

da escala na dimensão autorregulação, segundo o gênero dos participantes.

Gráfico 2

*Resultados Descritivos em Cada Item da Escala ARC-INICO na Dimensão Autorregulação Segundo o Gênero dos Participantes com DID*



Os resultados na dimensão da autorregulação permitem evidenciar que os adultos com DID do gênero masculino apresentam valores superiores nas suas percepções por comparação com os adultos do gênero feminino, sendo que o valor médio mais alto se encontra no item 26: “Quando faço uma tarefa, por exemplo, as tarefas de casa, avalio o resultado que alcancei porque sei que me ajudará na próxima vez” ( $M = 4,0$ ), e o mais baixo no item 30: “Quero informar-me sobre as diferentes opções de trabalho que existem antes de



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

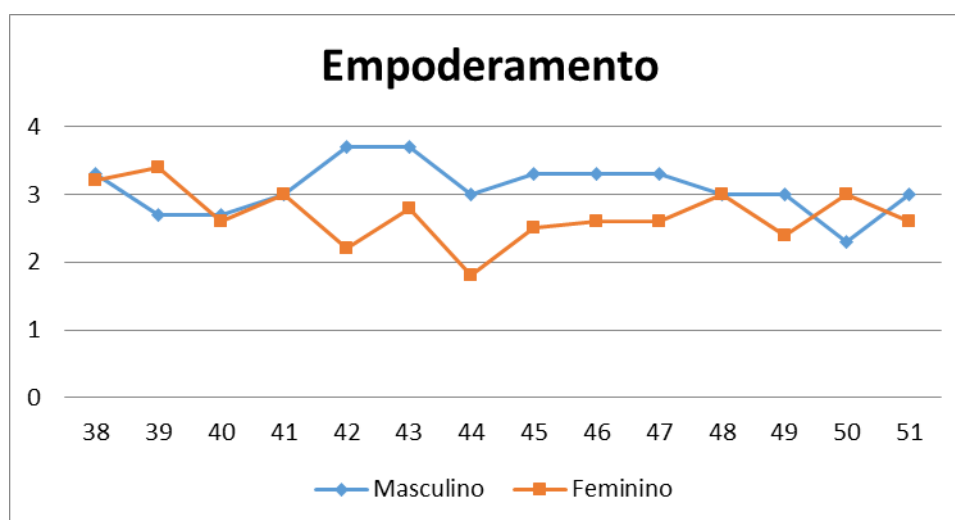
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 - 1441 (Versão digital)

escolher uma” ( $M = 2,3$ ). Nas participantes adultas, o valor médio de autorregulação mais elevado encontra-se, também, no item 26: “Quando faço uma tarefa, por exemplo, as tarefas de casa, avalio o resultado que alcancei porque sei que me ajudará na próxima vez” ( $M = 3,2$ ), e o mais baixo nos itens 27: “Penso muitas vezes sobre como será a minha vida depois de sair do CAO” e no item 30: “Quero informar-me sobre as diferentes opções de trabalho que existem antes de escolher uma” ( $M = 2,0$ ).

Os resultados descritivos obtidos em cada item da *Escala ARC-INICO*, na dimensão empoderamento, segundo o gênero dos participantes, são apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3

### ***Resultados Descritivos em Cada Item da Escala ARC-INICO na Dimensão Empoderamento Segundo o Gênero dos Participantes com DID***







## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

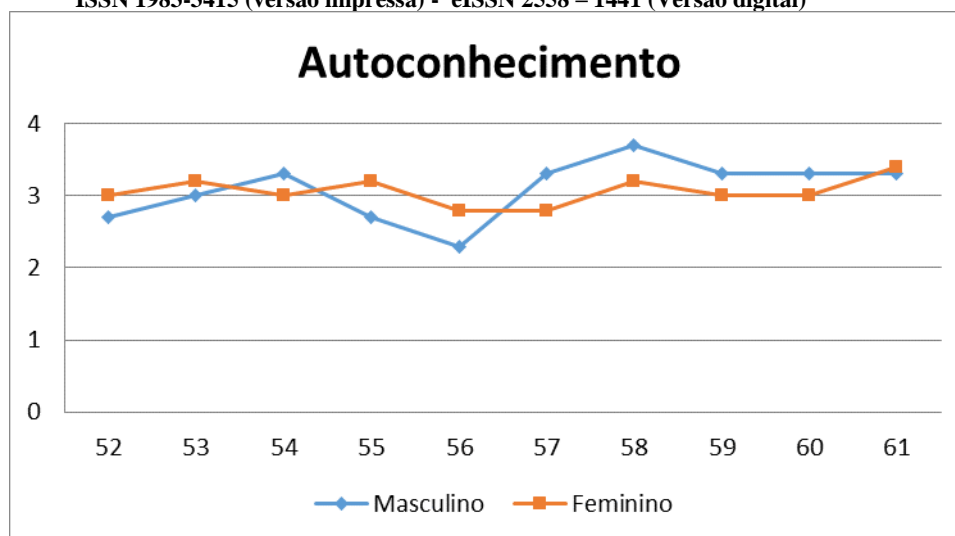
Estes resultados evidenciam que, no geral, os participantes adultos do gênero masculino apresentam níveis médios de empoderamento superiores aos das participantes adultas, sendo que o valor médio mais alto é observado nos itens 42: “Tenho capacidade para fazer o trabalho que quero” e item 43: “Sou capaz de trabalhar em equipa” ( $M = 3,7$ ), e o mais baixo no item 50: “É fácil para mim fazer novos amigos em situações novas” ( $M = 2,3$ ).

De salientar que, no item 39: “Quando alguém me magoa, eu digo a essa pessoa” ( $M = 3,4$ ) e no item 50: “É fácil para mim fazer novos amigos em situações novas” ( $M = 3,0$ ), as participantes adultas apresentam níveis superiores de empoderamento por comparação com os seus colegas com DID. No item 41: “Posso conseguir o que quero se trabalhar arduamente” e no item 48: “Tento fazer as coisas mesmo que tenham corrido mal”, os dois grupos evidenciaram valores médios de empoderamento semelhantes ( $M = 3,0$ ).

No Gráfico 4, expõe-se uma representação dos resultados descritivos obtidos em cada item da escala na dimensão autoconhecimento, segundo o gênero dos participantes.

Gráfico 4

***Resultados Descritivos em Cada Item da Escala ARC-INICO na Dimensão Autoconhecimento Segundo o Gênero dos Participantes com DID***



Relativamente a esta dimensão da autodeterminação, o autoconhecimento, os adultos do género feminino com DID evidenciaram valores mais elevados nos itens 52, 53, 55, 56 e 61, sendo que o valor médio mais baixo se encontra no item 56: “Aceito as minhas limitações” ( $M = 2,8$ ) e o mais alto no item 61: “Confio nas minhas capacidades” ( $M = 3,4$ ). Por outro lado, os adultos do género masculino revelam valores de autoconhecimento mais elevados nos itens 54, 57, 58, 59 e 60, sendo que o valor médio mais baixo se verificou no item 56: “Aceito as minhas limitações” ( $M = 2,3$ ), e o mais alto no item 58: “Acredito que sou uma pessoa importante para a minha família e os meus amigos” ( $M = 3,7$ ).

Por último no Gráfico 5, apresentam-se os resultados para o total de cada dimensão *Escala ARC-INICO*, de acordo com o género dos participantes. Importa, referir, que tomando em consideração que o número de itens por



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

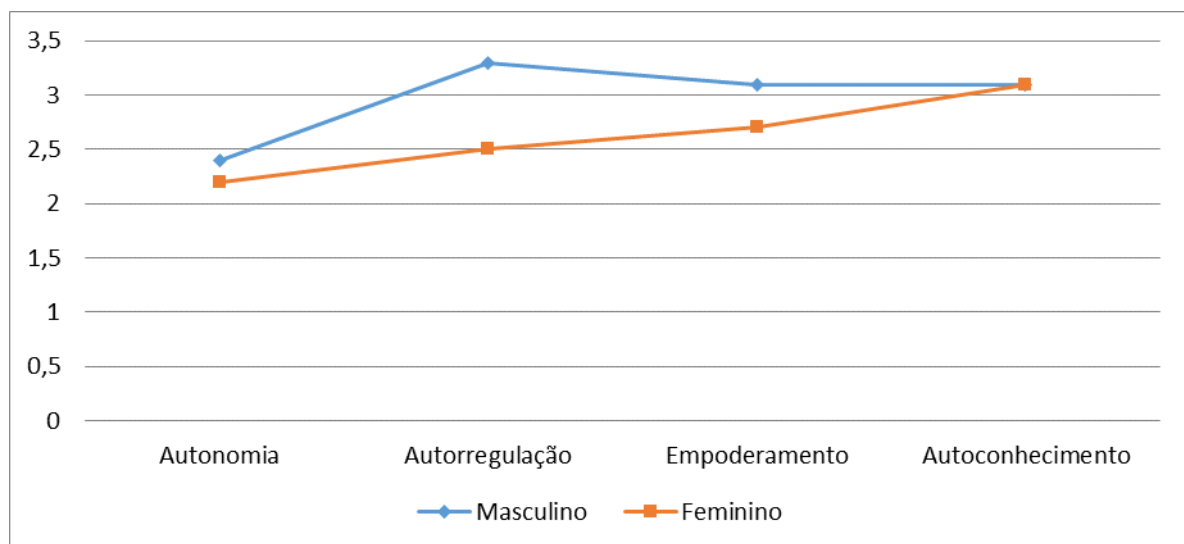
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

escala é variável, optou-se, em cada escala, por somar os itens e dividir pelo número de itens.

Assim, os resultados presentes no Gráfico 5 informam que os adultos do gênero masculino se auto percebem com maiores capacidades de autodeterminação do que os adultos do gênero feminino, com exceção da dimensão autoconhecimento onde obtêm os mesmos valores médios ( $M = 3,1$ ).

Gráfico 5

### *Resultados Totais Obtidos na Escala ARC-INICO Segundo o Gênero dos Participantes*



### **Considerações finais**

Durante séculos as pessoas com deficiência foram submetidas a um contínuo processo de exclusão social, sendo-lhes negado o direito a opinar, mesmo nas coisas mais simples (UNESCO, 2015). Apesar de todas as



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

conquistas, muitas destas pessoas ainda encontram resistências no reconhecimento do seu direito de fazer escolhas atualmente (Aguado et al., 2019).

Nos últimos anos a investigação, nesta área, tem vindo a reconhecer a importância de se fomentar a autodeterminação nas pessoas com DID, salientando-se que estas devem ter a possibilidade de estar informadas, participarem e trabalharem nas suas comunidades, tomando decisões e fazendo as suas escolhas (Alles & Boueri, 2019; Sánchez et al., 2018; Shogren & Ward, 2018; Simões, 2016; Wehmeyer, 2014).

Segundo Aguado e colaboradores (2019) a autodeterminação tornou-se um constructo central no campo de estudo da deficiência, apresentando-se como multidimensional.

Dentro do paradigma psicoeducacional, um dos modelos que tem servido de enquadramento a diferentes estudos é o Modelo Funcional de Autodeterminação (*Functional Model of Self-Determination*) desenvolvido por Wehmeyer em 1999. Neste modelo, a autodeterminação é entendida como o conjunto de ações volitivas que auxiliam a pessoa a atuar como agente causal da sua vida, sem influências externas desnecessárias (Wehmeyer, 1999). Ou seja, a autodeterminação envolve habilidades individuais que permite que a pessoa seja capaz de defender opiniões, escolher entre diferentes opções, definir metas e objetivos, por exemplo.

Os estudos existentes destacam a importância de se promover a autodeterminação entre pessoas com DID, para uma inclusão social plena,



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

destacando-se o importante papel que os profissionais e a família podem oferecer. Todavia poucos estudos exploraram as percepções de autodeterminação das pessoas com DID (Grigal et al., 2003). Por esta razão pareceu-nos útil começar por explorar as percepções dos indivíduos com DID sobre a autodeterminação e impacto nas suas vidas. Este conhecimento alargará, com certeza, a nossa compreensão sobre este constructo, podendo orientar o nosso trabalho em futuras intervenções neste campo. Além disso, a perspetiva das pessoas sobre a autonomia em diferentes áreas da sua vida, pode fornecer *insights* importantes para investigações futuras e para promover melhorias nas políticas e práticas sobretudo nestas pessoas com DID (Shogren & Broussard, 2011).

Conforme já referido, tomando em consideração o enquadramento teórico já apresentado na primeira parte deste trabalho, o presente estudo teve como objetivo analisar e caracterizar as representações cognitivas sobre autodeterminação de 8 participantes adultos com DID que à data frequentavam as atividades ocupacionais num CAO da RAM.

Os principais resultados desta investigação de cariz exploratório, indicam que os participantes com DID do género masculino apresentaram, no geral, valores médios superiores, relativamente às percepções de autodeterminação, por comparação com as participantes do género feminino. Estes resultados afastam-se dos obtidos nos estudos realizados por exemplo, por Carter et al. (2009), Córdova et al. (2020), Gómez-Vela et al. (2012), Palmer et al. (2012) ou Shogren et al. (2013), onde se propõe a inexistência de diferenças



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

significativas nos níveis de autodeterminação relativamente ao género dos participantes. Córdova e colaboradores (2020) enfatizam que a resolução de problemas no quotidiano e a realização de escolhas relacionadas com a resolução destes problemas são duas competências de autodeterminação que os adultos tanto do género masculino como do género feminino com DID experimentam com maior frequência. Os estudos de Frielink et al. (2018) confirmam que, na idade adulta são visíveis baixos níveis de autodeterminação entre as pessoas do género masculino e do feminino, sendo poucas as atitudes visíveis relacionadas com o autoconhecimento ou a autodefesa. Os autores citados anteriormente salientaram que algumas competências relacionadas com a autodeterminação, nomeadamente a autorrealização, a autoinstrução ou a defesa dos próprios interesses eram difíceis de apreender pelas pessoas com DID, pois envolvem processos de introspeção subjetivos, que requerem processos cognitivos complexos e uma instrução mais explícita que não é adquirida espontaneamente. No entanto, também, enfatizaram que apesar da dificuldade podem ser desenvolvidas, e por essa razão, é importante fortalecer a capacidade e as competências nesta área para expressar opiniões, defender os seus interesses pessoais, etc., podendo a autodeterminação facilitar o combate à desigualdade.

Por sua vez, o nosso estudo está também em desacordo com os estudos de Carter et al. (2010), Lee et al. (2012) e Shogren et al. (2007), onde se evidencia que as participantes do sexo feminino revelam níveis mais elevados de autodeterminação do que os seus colegas do género masculino.



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

A partir deste trabalho poderemos também pensar numa intervenção direcionada para a promoção e desenvolvimento dos níveis de autodeterminação numa perspectiva ecológica. Ou seja, procurando que esta se realize não apenas ao nível da pessoa com DID, mas também em outras componentes do contexto, nomeadamente ao nível das perceções dos cuidadores, família e técnicos de educação. Embora a intervenção com recurso ao treino de competências seja importante, por si só pode não ser suficiente. Será, portanto, necessário atuar ao nível da desconstrução de mitos sobre o que é que estas pessoas podem e são capazes de fazer. Importa lembrar que conceitos de autodeterminação e deficiência ainda são considerados como mutuamente incompatíveis; no entanto, autodeterminação é, também, um direito da pessoa com deficiência (Córdova et al., 2020; Díaz et al., 2018; Wehmeyer, 1999).

Como limitações deste estudo exploratório podemos apresentar, as relacionadas com o *design* metodológico uma vez que centramos o nosso esforço num grupo muito restrito de participantes e o instrumento de recolha de dados não foi validado para a população aqui estudada. Apesar destas limitações, esperamos que os dados obtidos possam servir de motivação para futuros estudos sobre os comportamentos de autodeterminação neste grupo de adultos com DID, sobretudo na Região Autónoma da Madeira.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 - 1441 (Versão digital)

**Referências**

- Abery, B. H., & Stancliffe, R. J. (1996). The ecology of self-determination. In D. J. Sands & M. L. Wehmeyer (Eds.), *Self-determination across the life span: Independence and choice for people with disabilities* (pp. 111-145). Paul H. Brookes.
- Aguado, I. A., Córdova, V. V., González, H. S., Carrasco, F. G., & Chinchón, R. A. (2019). Adultos chilenos con discapacidad intelectual: Creencias, actitudes y percepciones parentales sobre su autodeterminación. *Siglo Cero*, 50(2), 51-72. <http://dx.doi.org/10.14201/scero20195025172>
- Alles, E. P., & Boueri, I. Z. (2019). A autodeterminação de participantes e adultos com deficiência intelectual no Rio Grande do Sul – Brasil. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(1), 345-354. <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2019.n1.v2.1461>
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2017). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Psiquilíbrios Edições.
- Boruchovitch, E., Almeida, L. S., & Miranda, L. C. (2017). Autorregulação da aprendizagem e psicologia positiva: Criando contextos educativos eficazes e saudáveis. In Boruchovitch, E., Azzi, R. G., & Soligo, A. (Eds.), *Temas em Psicologia Educacional: Contribuições para a formação de professores*, (pp. 37-52). Mercado das Letras.
- Campbell-Whatley, G. D. (2008). Teaching students about their disabilities: Increasing self-determination skills and self-concept. *International Journal of Special Education*, 23(2), 137- 144.





**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Canha, L. M. N., Simões, C., Matos, M. G., & Owens, L. (2015).

Autodeterminação e qualidade de vida: Qual o papel das características individuais?. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(2), 105-129.

Canha, L. M. N. (2015). *Transição para a vida adulta no contexto da deficiência: Estudo das variáveis pessoais e sociais associadas a um processo de sucesso e desenvolvimento de um modelo de intervenção inclusiva*. Dissertação de Doutorado. Universidade de Lisboa.

Carter, E. W., Owens, L., Trainor, A. A., Sun, Y., & Sweden, B. (2009). Self-determination skills and opportunities of adolescents with severe intellectual and developmental disabilities. *American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities*, 114(3), 179–192. <https://doi.org/10.1352/1944-7558-114.3.179>

Carter, E. W., Trainor, A., Owens, L., Sweden, B., & Sun, Y. (2010). Self-determination prospects of youth with high-incidence disabilities. Divergent perspectives and related factors. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 18(2), 67–81. <https://doi.org/10.1177/1063426609332605>

Córdova, V. V., Álvarez-Aguado, I., González, H. S., & Carrasco, F. G. (2020). Avanzando en autodeterminación: Estudio sobre las auto percepciones de personas adultas con discapacidad intelectual desde una perspectiva de investigación inclusiva. *Siglo Cero*, 51(1), 31-52. <https://doi.org/10.14201/scero20205113152>



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Curryer, B., Stancliffe, R. J., & Dew, A. (2015). Self-determination: Adults with intellectual disability and their family. *Journal of Intellectual and Developmental Disability, 40*(4), 394–399.

<https://doi.org/10.3109/13668250.2015.1029883>

Díaz, M. P., Noell, J. F., Rovira, C. P., Suñé, M. V., Gabernet, M. J. V., Garolera, G. D., & Belmonte, M. C. (2018). Retos para la vida independiente de las personas con discapacidad intelectual: Un estudio basado en sus opiniones, las de sus familias y las de los profesionales. *Revista Española de Discapacidad, 6*(1), 7-29.

Field, S., & Hoffman, A. (1994). Development of A Model for Self-Determination. *Career Development for Exceptional Individuals, 17*(2), 159–169. <https://doi.org/10.1177/088572889401700205>

Frielink, N., Schuengel, C., & Embregts, P. J. (2018). Autonomy support, need satisfaction, and motivation for support among adults with intellectual disability: Testing a self-determination theory model. *American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities, 123*(1), 33-49.

<https://doi.org/10.1352/1944-7558-123.1.33>

Gómez-Vela, M., Verdugo, M. Á., González, F., Badía, M., & Wehmeyer, M. L. (2012). Assessment of the self-determination of spanish students with intellectual disabilities and other educational needs. *Education and Training in Autism and Developmental Disabilities, 47*(1), 48-57.

<https://www.jstor.org/stable/23880561>



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 - 1441 (Versão digital)

Grigal, M., Neubert, D. A., Moon, M. S., & Graham, S. (2003). Self-

determination for students with disabilities: Views of parents and teachers.

*Council for Exceptional Children*, 70(1), 97-112.

<https://doi.org/10.1177/001440290307000106>

Jones, J. L., Shogren, K. A., Grandfield, E. M., Vierling, K. L., Gallus, K. L., & Shaw, L. A. (2018). Examining predictors of self-determination in adults with intellectual and developmental disabilities. *Journal of Developmental and Physical Disabilities*, 30(5). <https://doi.org/10.1007/s10882-018-9607-z>

Lee, Y., Wehmeyer, M. L., Palmer, S. B., Williams-Diehm, K., Davies, D. K., & Stock, S. E. (2012). Examining individual and instruction-related predictors of the self-determination of students with disabilities. *Remedial and Special Education*, 33(3), 150–161. <https://doi.org/10.1177/0741932510392053>

Nunes, L. (2017). *Promoting self-determination skills of individuals with intellectual disabilities participating in the inclusive concurrent enrollment initiative program throughout Massachusetts. Doctoral Dissertations.* University of Massachusetts Amherst.

[https://scholarworks.umass.edu/dissertations\\_2/942](https://scholarworks.umass.edu/dissertations_2/942)

Palmer, S. B., Wehmeyer, M. L., Shogren, K. A., Williams-Diehm, K. L., & Soukup, J. H. (2012). An evaluation of the Beyond High School model on self-determination of students with intellectual disability. *Career Development and Transition for Exceptional Individuals*, 35(2), 76–84.

<https://doi.org/10.1177/0885728811432165>



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Sánchez, E. V., Mumbardó-Adam, Coma-Roselló, T. C., Alonso, M. A. V., &

Giné, C. G. (2018). Autodeterminación en personas con discapacidad intelectual y del desarrollo: Revisión del concepto, su importancia y retos emergentes. *Revista Española de Discapacidad*, 6(2), 7-25.

Stancliffe, R. J., Abery, B. H., & Smith, J. (2000). Personal control and the ecology of community living settings: Beyond living unit size and type.

*American Journal on Mental Retardation*, 105(6), 431–454.

<https://doi.org/10.1352/0895->

8017(2000)105<0431:PCA TEO>2.0.CO;2

Shogren, K. A., Whemeyer, M. L., Palmer, S. B., Soukup, J. H., Little, T. D.,

Garner, N., & Lawrence, M. (2007). Examining individual and ecological predictors of the self-determination of students with disabilities. *Exceptional Children*, 73(4), 488-509. <https://doi.org/10.1177/001440290707300406>

Shogren, K. A., & Broussard, R. (2011). Exploring Individuals' with intellectual

disability perceptions of self-determination. *Intellectual and Developmental Disabilities*, 49(2), 86-102. <https://doi.org/10.1352/1934-9556-49.2.86>

Shogren, K. A., Wehmeyer, M. L., Palmer, S., & Paek, Y. (2013). Exploring

personal and school environment characteristics that predicts self-determination. *Exceptionality: A Special Education Journal*, 21(3), 147-157.

<https://doi.org/10.1080/09362835.2013.802231>

Shogren, K. A., & Ward, M. (2018). Promoting and enhancing self-determination

to improve the post-school outcomes of people with disabilities. *Journal of Vocational Rehabilitation*, 48, 187-196.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Simões, C. (2016). *O direito à autodeterminação das pessoas com deficiência.*

APPC-FDUP.

UNESCO. (2015). *Educación 2030. Declaración de Incheon. Hacia una educación inclusiva y equitativa de calidad y un aprendizaje a lo largo de la vida para todos.*

<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Santiago/pdf/ESP-Marco-de-Accion-E2030-aprobado.pdf>.

Vansteenkiste, M., Ryan, R. R., & Soenens, B. (2020). Basic psychological need theory: Advancements, critical themes, and future directions. *Motivation and Emotion*, 44(1), 1-31. <https://doi.org/10.1007/s11031-019-09818-1>

Verdugo, M. A., Gómez-Vela, M., Fernández-Pulido, R., Vicente, E., Wehmeyer, M. L., Badia, M., González-Gil, F. & Calvo, I. (2014). *Escala ARC-INICO de Evaluación de la Autodeterminación. Manual de Aplicación.* Instituto Universitario de Integración en la Comunidad.

Vicente, E., Mumbardó-Adam, C., Guillén, V. M., Coma-Roselló, T., Bravo-Álvarez, M-Á., & Sánchez, S. (2020). Self-determination in people with intellectual disability: The mediating role of opportunities. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(17). <https://doi.org/10.3390/ijerph17176201>

Vicente, E., Guillén, V. M., Gómez, L. E., Ibáñez, A., & Sánchez, S. (2018). What do stakeholders understand by self-determination? Consensus for its evaluation. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 1-13. <https://doi.org/10.1111/jar.12523>



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 - 1441 (Versão digital)

Vicente-Sánchez, E., Guillén-Martín, V. M., Verdugo-Alonso, M. A., & Calvo-

Álvarez, M. I. (2018). El rol de los factores personales y familiares en la autodeterminación de jóvenes con discapacidad intelectual. *Psicología Educativa*, 24(2), 75-83. <https://doi.org/10.5093/psed2018a13>

Wehmeyer, M. L., Kelchner, K., & Richards, S. (1996). Essential characteristics of self-determined behavior of individuals with mental retardation. *American Journal on Mental Retardation*, 100(6), 632-642.

Wehmeyer, M. L. (1999). A Functional Model of Self-Determination: Describing Development and Implementing Instruction. *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities*, 14(1), 53-62.  
<https://doi.org/10.1177/108835769901400107>

Wehmeyer, M. L., & Bolding, N. (1999). Self-determination across living and working environments: A matched samples study of adults with mental retardation. *Mental Retardation*, 37(5), 353–363. [https://doi.org/10.1352/0047-6765\(1999\)037<0353:SALAWE>2.0.CO;2](https://doi.org/10.1352/0047-6765(1999)037<0353:SALAWE>2.0.CO;2)

Wehmeyer, M. L., Agran, M., & Hughes, C. (2000). A national survey of teachers' promotion of self-determination and student-directed learning. *The Journal of Special Education*, 34(2), 58–68.  
<https://doi.org/10.1177/002246690003400201>

Wehmeyer, M. L., & Bolding, N. (2001). Enhanced self-determination of adults with intellectual disability as an outcome of moving to community-based work or living environments. *Journal of Intellectual Disability Research*, 45(5), 371–383. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2788.2001.00342.x>



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Wehmeyer, M. L. (2007). *Promoting self-determination in students with*

*developmental disabilities*. The Guilford Press.

Wehmeyer, M. L. (2014). Self-determination: A family affair. *Family Relations*,

63, 178-184. <https://doi.org/10.1111/fare.12052>

**Recebido: 15/3/2021. Aceito: 13/5/2021.**

**Autoria:**

**Sara Moniz:** Licenciada em Psicologia e Mestre em Psicologia da Educação pela Universidade da Madeira

E-mail: [SaraAscensaoMoniz@hotmail.com](mailto:SaraAscensaoMoniz@hotmail.com)

**Lúcia C. Miranda:** É psicóloga e mestre em Psicologia da Educação pela Universidade de Coimbra, doutorada e pós- doutorada pela Universidade do Minho na área de especialização Psicologia da Educação. A sua investigação está maioritariamente centrada nas necessidades educativas especiais e na motivação para aprender.

**E-mail:** [lrcmiranda@gmail.com](mailto:lrcmiranda@gmail.com)